ANC 88
Pasta 01 a 04
fev/87
116

Constituinte quer horário na TV

Regimento definitivo cria cinco comissões mas não define prazos

O projeto de regimento da Constituinte, apresentado ontem e que terá de ser aprovado até o próximo dia 24, não marca data para promulgação da nova Constituição, cria cinco comissões em vez de uma Grande Comissão, institui um horário gratuito para transmissão de seus trabalhos nas rádios e TVs e admite que as suas reuniões possam ser feitas fora do Congresso Nacional por motivo de força maior.

A proposta de que a Constituinte funcione aos sábados e domingos não vingou. Nestes dias, só em sessões extraordinárias, especialmente convocadas. O regimento evita qualquer referência ao funcionamento do Senado e da Câmara, que decidirá a respeito. A discussão sobre o tema continua, predominando, no momento, a tendência de colocar as duas casas em recesso branco.

DETALHAMENTO

O projeto, redigido pelos deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Nélson Jobim (PMDB-RS), receberá emendas até o próximo dia 9 e votado dias 23 e 24. Enquanto isso, a Constituinte funcionará com regimento provisório. Apesar de ter o apoio dos líderes, a previsão é de que será bastante emendado, porque há uma independência muito grande dos constituintes em relação às lideranças.

O primeiro item do projeto foi uma surpresa, pois estabelece que "a Assembléia Nacional Constituinte realizará seus trabalhos, salvo motivo de força maior, no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília". A explicação para este artigo foi a de que a Constituinte precisa se precaver contra a hipótese de estado de sítio, prevista na Constituição atual.

A mesa da Assembléia terá um presidente e cinco secretários. Nenhum deles poderá integrar as cinco comissões, que serão as seguintes: declaração dos direitos e garantias, b) organização federal, c) organização dos poderes, d) ordem econômica e social, família, educação e cultura, e) comissão de sistematização. Estas comissões poderão ser divididas em subcomissões. Elas serão nomeadas pelo presidente, atendendo, "sempre que possível", a representação proporcional dos partidos.

O regimento, com 38 páginas, foi considerado muito detalhista. Entre as atribuições do presidente está, por exemplo, a de "assinar, pessoalmente, toda a correspondência endereçada às altas autoridades nacionais ou estrangeiras". O presidente só terá direito a voto em plenário nos escrutínios secretos e nos casos de empate.

Qualquer pessoa poderá assistir, das galerias, às sessões desde que desarmada e em silêncio, sem dar sinais de aplausos ou de reprovação. As galerias, porém serão divididas, com lugares para o corpo diplomático, autoridades, funcionários e imprensa. Quem se manifestar poderá ser preso e processado.

As comissões e subcomissões trabalharão pela manhã, em caráter ordinário, mas podem reunir-se a qualquer momento. Uma vez por semana as comissões e subcomissões ouvirão os representantes da sociedade.

PRAZOS

O regimento procura deixar em aberto os prazos de trabalho. Fixa, porém, que, apresentado o projeto inicial pela comissão de sistematização (a de redação), ele ficará 40 dias em discussão, sendo os 30 iniciais para receber emendas. As votações das emendas serão praticadas pelo sistema simbólico ou de painel eletrônico ou nominal, desde que assim resolva a Assembléia. As sessões ordinárias começarão às 14 e terminarão às 19 horas exigindo-se a presença de 94 constituintes para que sejam abertas. Para início das votações terão de estar em plenário 280.

As sessões secretas terão de ser requeridas por 10 constituintes ou por líderes de partidos. O presidente poderá aceitar o requerimento ou submetê-lo ao plenário. Os constituintes, excetuando-se o presidente, falarão de pé. A Assembléia, porém, pode conceder que falem sentados.

PROPAGANDA

Nas disposições gerais e finais, o regimento trata da divulgação da Constituinte. Estabelece que:

1 - as rádios e televisão cederão, diariamente, aos serviços de divulgação da ANC um horário de 15 minutos na parte da manhã e na parte da tarde e de uma hora à noite, das 23h30 às 24h30 nos dias úteis.

2 - as TVs Educativas cederão o dobro desse tempo.

3 - Diariamente, nos grandes jornais das capitais brasileiras, o serviço de divulgação publicará súmula dos trabalhos constituintes. Caberá à mesa selecionar estes órgãos.

LUIZ MARQUES

Ulysses apresentou ao plenário uma plataforma política e econômica

Normas provisórias têm votação adiada

Após uma hora de discussões, com duas interrupções da sessão por falta de energia elétrica, o presidente Ulysses Guimarães se convenceu de que não deveria colocar em votação as normas preliminares para funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Vários foram os constituintes que se revezaram para pedir democracia e argumentar que a proposta deveria ser melhor conhecida e discutida.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Hernique Cardoso, encarregado de apresentar o projeto de resolução, acabou pedindo ao presidente que suspendesse a sessão e convocasse outra para hoje, quando então seriam votadas as normas preliminares. Antes, em meio a sucessivos apartes, o senador havia explicado que o documento foi elaborado com a concordância de todos os líderes partidários. Disse também, que precisava ser aprovado já para que as decisões não ficassem apenas com o presidente Ulysses Guimarães.

Ulysses Guimarães também queria decidir ontem, mas enfrentou voz discordantes como o deputado Tildel de Lima (PMDB-SP), que falou de sua preocupação porque "tudo que é provisório acaba sendo definitivo". Outro deputado paulista, Del Bosco Amaral, também criticou dizendo que o documento foi elaborado pelas lideranças quando alguns partidos como o PMDB, ainda não escolheram os seus novos líderes.

A primeira sessão de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte começou com 45 minutos de atraso. O presidente Ulysses Guimarães abriu a sessão com um discurso que durou 25 minutos. A lista de presença acusava o comparecimento de 415 constituintes. No plenário lotado, vários deles permaneceram de pé.

Logo após o encerramento do discurso, o deputado Hélio Duque pediu a palavra para criticar o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Ele chamou de levianas as declarações atribuídas ao consultor e divulgadas pelo jornal "O Globo". Segundo o deputado, é uma agressão o consultor dizer que foi o primeiro dia de aula dos deputados dos PMDB, que passaram no vestibular e agora querem agir, referindo-se à sessão em que foi eleito a Mesa da Câmara e da Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães ouviu a reclamação e logo em seguida, quando falou do anteprojeto de resolução, disse que eram normas provisórias, um vestibular, elaborado pelos líderes. Depois de muita discussão, sempre em nome da democracia, o presidente encerrou a sessão às 17h20m, convocando outra para hoje, às 15 horas, quando então serão votadas as normas preliminares.

Ulysses pede salário justo

O deputado Ulysses Guimarães abriu ontem a primeira sessão de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte com um discurso de entonação nitidamente presidencial. Como um programa de intenções, com forte conotação social, abordou a questão salarial afirmando: "A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade mais cruel com os trabalhadores".

Ao abordar a questão fundiária, Ulysses disse que "o privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão".

A terra, segundo Ulysses Guimarães, não pode ser apenas distribuída. "É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da Nação", afirmou. Quando ele criticou os baixos salários, disse que "salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária". "A inflação, sendo fonte de injustiça, é também dela conseqüência", acrescentou.

Nas galerias havia um número reduzido de pessoas que aplaudiam entusiasmadas quando Ulysses dizia, por exemplo, que "em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la. A liberdade, segundo ele, é também uma questão de justiça. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores; e a riqueza não poderá acumular-se, ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados", afirmou.

Também, segundo o presidente da Constituinte, não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios: "E também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e remessa ininterrupta de rendimentos".

Quanto à questão da economia interna, o deputado Ulysses Guimarães condenou o liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos". Se o Governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social.

Uma das tarefas dos constituintes, segundo Ulysses, será a de modernizar a legislação econômica, de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas. "Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam contê-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento".

"Temos, em nossas mãos, a soberania do povo. Ele nos confiou a tarefa de construir, com a lei, o Estado democrático, moderno, justo para todos os seus filhos. Um Estado que sirva ao homem e não um Estado que o submeta, em nome de projetos totalitários de grandeza".

Projeto recebe críticas

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, informou que o anteprojeto de regimento definitivo, apresentado e debatido ontem pelos líderes partidários, não está respaldado por qualquer legenda. Trata-se, na verdade de um texto básico para discussão e que poderá ser livremente emendado.

Ele mesmo afirma ter inúmeras restrições à proposta, tanto que pretende apresentar um substitutivo alterando pontos importantes. Sobre a transmissão das sessões, por exemplo, a sua opinião é que a "Voz do Brasil" deve fazer um resumo dos debates, no horário destinado ao Poder Legislativo, e que só a TV Educativa (estatal) deve ter a transmissão ao vivo como parte obrigatória de sua programação.

O líder peemedebista também tem idéias para a Grande Comissão que ficaria encarregada de elaborar o projeto constitucional. Como a reação contrária dos parlamentares praticamente sepultou a idéia, ele propõe a criação de várias comissões temáticas, englobando todos os membros da Constituinte. Os relatores desses subgrupos comporiam uma comissão de redação para compatibilizar as diversas propostas e fazer o texto final do projeto global.

Ainda de acordo com o senador Fernando Henrique, o regimento da Constituinte não deve tratar do funcionamento do Senado e da Câmara. Ele propõe que as duas Casas sejam colocadas em recesso até que um fato relevante justifique sua convocação extraordinária, mas a idéia deve ser viabilizada através de alterações nos regimentos internos de cada Casa, e não no da Assembléia.

Fernando Henrique Cardoso também é contra a existência da figura do líder partidário na Constituinte, onde cada parlamentar vota de acordo com sua convicção pessoal e não submetido à fidelidade partidária. Em sua opinião, os líderes das legendas ficariam restritos ao trabalho de articulação política, sendo dispensados da atuação que sempre tiveram no plenário. No caso de negociações que envolvessem o interesse do Governo os líderes peemedebistas atuariam nos bastidores.

OPOSIÇÃO

O projeto de regimento definitivo é objeto de muitas críticas por parte dos constituintes oposicionistas. O líder do PDT, Brandão Monteiro, é contra a criação da Grande Comissão, mas defende vários grupos encarregados de estudar temas específicos.

Monteiro também discorda da votação em bloco do projeto de Constituição e propõe a deliberação, pelo plenário, a respeito de cada artigo. "A votação em bloco dá margem a que passem despercebidos certos pontos fundamentais, como o papel das Forças Armadas, a reforma agrária e a ordem econômica e social".

O PDS também faz restrições ao projeto. O presidente Jarbas Passarinho, por exemplo, é contra a criação de apenas cinco subcomissões, de 100 membros cada, como prefere o PMDB. Em sua opinião, devem ser formados 11 grupos, de 50 componentes, cujos relatores fariam parte de uma comissão maior, encarregada da redação global do projeto.

INUTILIDADE

Já os líderes do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, e do PCB, Roberto Freire, sairam da primeira reunião da Constituinte convencidos de que se perdeu um dia de trabalho. "É um sistema improdutivo, que me deixa cada vez mais perplexo", comentou Lula, acrescentando que, desta forma, a Constituição só será elaborada daqui a oito anos. Para Roberto Freire, é preciso um "mínimo de ordem, para garantir a participação de todos os constituintes".

LUIZ MARQUES

Os líderes partidários aprovaram por unanimidade as normas provisórias

Plenário pode mudar dispositivos

"O debate sobre todos os assuntos faz parte do processo democrático. Serão feitas as mudanças necessárias e um adiamento de 24 horas não prejudicará o bom andamento dos trabalhos da Constituinte". Foi desta forma que o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia, justificou ontem a transferência, para a sessão de hoje, da decisão final a respeito do regimento provisório da Constituinte.

Ulysses negou, ainda, que o projeto de regimento tenha partido de uma decisão restrita dos líderes partidários, conforme queixa de constituintes que não foram consultados. "As lideranças prestaram um grande serviço e elas estão aí para isto mesmo. Agora, eu não aproveito o projeto apenas por ser de iniciativa dos líderes. Trata-se de um texto básico que poderá ser alterado livremente pelo plenário".

O presidente da Constituinte e da Câmara evitou anunciar os nomes dos cinco secretários que nomeará, hoje, para assessorá-lo na condução dos trabalhos. Limitou-se a revelar que serão escolhidos entre as bancadas dos diferentes partidos.

Quando o regimento definitivo estiver aprovado, o que Ulysses espera ocorra até o dia 24 deste mês, esses secretários serão eleitos pelo plenário.

O projeto de regimento provisório da Constituinte, subscrito pelo deputado Ulysses Guimarães e pelos líderes de todos os partidos, prevê a indicação de cinco secretários pelo presidente da Assembléia para auxiliá-lo na condução dos trabalhos. Preserva, ainda, as figuras dos líderes e vice-líderes partidários e estabelece como horário de funcionamento das sessões ordinárias o período entre as 14 e as 18 horas, de segunda a sexta-feira.

O quorum mínimo para a abertura dos trabalhos, de acordo com o projeto a ser votado hoje, é de 94 constituintes e as sessões poderão ser suspensas se, a qualquer momento, as presenças tornarem-se inferiores a este número.

A proposta concede ao deputado Ulysses Guimarães poderes para convocar sessões extraordinárias de quatro horas, que também poderão ser convocadas pelo próprio plenário por requerimento de um mínimo de 20 constituintes. Cada parlamentar, segundo o projeto, terá direito a usar da palavra por 5 minutos em cada sessão, durante as duas primeiras horas, não sendo admitidos apartes. A terceira hora das reuniões será destinada às comunicações das lideranças.

De acordo com o projeto de regimento interno, as votações na Constituinte podem ser nominais, simbólicas ou secretas. Um desses sistemas já valerá para a votação do projeto de regimento definitivo da Assembléia, que tem os seguintes prazos de tramitação: até o dia 9 de fevereiro, poderá receber emendas; de 9 a 13, o relator oferecerá seu parecer; nos dias 14 e 15, os constituintes examinarão o relatório e as emendas e passarão a discutir a matéria, até o dia 22 deste mês. O prazo para votação encerra-se no dia 24.

Em seu artigo 16, o projeto também impede o acesso de jornalistas ao plenário da Cosntituinte, ao estabelecer que "no recinto das sessões serão admitidos os membros da Assembléia e funcionários em serviço no plenário".

A sugestão de regimento, ou regimento provisório, que vem sendo chamado ainda de minirregimento no entanto, contenta razoavelmente as expectativas do PCB, segundo Roberto Freire: "Ele tem como base fundamental o regimento de 1946, que era bastante democrático e garantia a participação dos pequenos partidos". O líder do PCB só lamenta o atraso inical dos trabalhos e a falta de ordem. "Existem alguns pontos que deverão ser ainda discutidos pelo partido", de acordo com ele, "como a questão da grande comissão e do plebiscito. Mas, em geral, o projeto que serve de base ao regimento está bastante razoável".

O Partido dos Trabalhadores encontra alguns pontos de sua proposta de regimento interno colocados nas sugestões que serão analisadas em plenário. O deputado José genvino lembra que são comuns as referências ao "referendum" popular, através do eleitorado e a transmissão, pelos meios de comunicação, das propostas apresentadas à Constituição.

Ari Cunha
VISTO, LIDO E OUVIDO

O poder é cego, e a fome dele é negra...

Ver e ouvir Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire e Lula, na eleição da presidência da Constituinte, era um espetáculo à parte para quem toda a vida combateu o arbítrio, a injustiça, a rejeição da Justiça por uma questão pessoal.

Não se sabe o que eles queriam com aquilo, mas só poderia ser a punição pessoal a alguém. Eles defendiam que os senadores eleitos em 1982 não deveriam ser senadores para a escolha da presidência da Constituinte, nem dela fazer parte.

O texto da emenda fazia referência a deputados e senadores, mas não dizia a data de eleição. Eles interpretavam como sendo constituintes somente os que acabam de ser eleitos.

Foi uma discussão de muitos minutos, abrasiva e até indelicada por parte de outros oradores.

Mas o pior era ver os três líderes do PCB e do PT bradando contra companheiros, pedindo a cassação dos que haviam sido eleitos, só porque não receberam a sagração popular na mesma data deles.

Foi um espetáculo desprimoroso, porque pela primeira vez deputados se reuniram para cassar colegas senadores.

E a sanha com que todos bradavam poderia se assemelhar ao general A.B no auge de sua perseguição aos que não comungavam com suas idéias.

Mas tudo é lição. O poder é cego, e quando a ele chega quem não tem classificação para tal, o delírio muda destinos. É negra, a fome de poder.

xxx

DÓLAR — Baixa mais o paralelo. A moeda americana está sendo cotada a Cz$ 25,00 para a compra e Cz$ 25,50 para a venda. Enquanto isso, as coisas aumentam desbragadamente, numa evidência de que está havendo muita especulação.

xxx

EXÉRCITO — O general Leônidas, ministro do Exército, confirma que há 15 anos o nosso Exército não se reequipa, e a necessidade é premente. Quem acompanha o noticiário mundial sabe que um país como o Brasil não pode deixar de ter equipamento sofisticado para a sua defesa, e não foi isso o que fizeram os últimos presidentes.

xxx

LOCAUTE — Diante da intenção de algumas escolas não iniciarem o ano letivo no dia marcado pelo Ministério da Educação, nada mais lógico do que o Governo defender os alunos, obrigando essas escolas à devolução das matrículas cobradas adiantadamente, acrescidas dos juros do dia. Afinal não se iniciando as aulas no dia marcado, isso representa o rompimento de uma cláusula por parte dos responsáveis pelas escolas.

xxx

SORVETES — Outro dia, um jornal de televisão anunciava com estardalhaço que a produção de sorvete era pequena para o consumo, e no calor faltava o produto. Agora, com o aumento de preços, o produto voltou aos bares, e a vergonha não voltou ao lugar de onde saíra.

xxx

ELÉTRICOS — A indústria de material elétrico de São Paulo, sem autorização da Sunab, aumentou em mais de 100 por cento os seus preços. Agora, não cobra mais ágio. Resolveu mandar as tabelas com as novas cifras.

Moreira Alves volta ao STF, sem mágoas

"Estamos de volta à vida comum", disse ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, aliviado por haver encerrado sua missão constitucional como presidente das sessões de instalação da Assembléia Nacional Constituinte e eleição de seu presidente. Sem demonstrar qualquer sinal de desgosto pelas críticas e insultos de que foi vítima, ele preferiu ser breve na avaliação: "Felizmente, correu tudo bem".

Na retomada de seus trabalhos no Supremo, o ministro distribuiu ontem, com a ajuda de onze funcionários, os primeiros processos que deram entrada este ano na Casa. Se empilhados, mediriam mais de dez metros de altura, mas, enquanto não chegou ao último dos 486 processos, ele não parou. Parecia querer bater um recorde, rubricando-os com a mão direita e sorteando os relatores com a esquerda. Ao final, olhou o relógio e disse para os seus ajudantes: "Trinta minutos".

Só então, quando se deslocava da sala de distribuição para seu gabinete, falou de seu trabalho na Constituinte. Moreira Alves considerou "muito interessante" um jurista presidir as duas primeiras sessões da Assembléia. Depois distinguiu uma sessão da outra, observando que a solenidade de instalação foi tranqüila, enquanto a eleição do presidente mais movimentada, pela apresentação de questões de ordem, o que também achou normal.

Pedessistas propõem a volta de prerrogativas

Os deputados Victor Faccioni (PDS/RS) e Bonifácio de Andrada (PDS/MG) entregaram ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, proposta de resolução constituinte que devolve ao Congresso Nacional suas prerrogativas básicas.

Com 17 artigos, a proposta aproveitou pontos básicos aprovados pela comissão mista presidida pelo senador Octávio Cardoso, instituída para estudar o assunto. A tramitação da matéria depende agora da aprovação do regimento da Constituinte.

A proposta defende as imunidades parlamentares, "hoje disciplinadas fora dos cânones democráticos", o fim dos decretos-lei e do decurso de prazo e prevê também a participação do Congresso Nacional na elaboração orçamentária da União e o fortalecimento do poder fiscalizador, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre os atos de toda administração pública, especialmente os praticados pelo Poder Executivo.

Senado deve funcionar só em casos extremos

A tendência da bancada do PMDB no Senado é de alterar o regimento interno da casa, para que o Senado funcione somente em caráter excepcional, quando houver matérias de grande interesse. A informação foi prestada pelo líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP).

Para o líder peemedebista, não deverá haver o voto de liderança nos trabalhos da Constituinte. O trabalho das lideranças partidárias será mais voltado para as articulações de suas bancadas.

Segundo o senador Fernando Henrique, há três hipóteses sobre o funcionamento da Constituinte. Muitos constituintes defendem a criação de 10 comissões, outros acham que as comissões devem ser cinco e, finalmente, há aqueles que defendem uma única comissão. Particularmente, disse, "defendo a tese de criação de diversas comissões temáticas, encarregadas de estudar os temas a serem colocados na Constituição".